



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

357

Apelação Criminal n: 0003427-02.2008.8.17.0640 (225.636-0)  
Comarca: Garanhuns  
Juízo: 2ª Vara Criminal  
Apelante: José Cícero de Araújo  
Defensor Público: Albérico Pereira de Carvalho  
Apelante: José Ferreira de Souza  
Advogado: Douglas Lins de Moraes  
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal  
Relator: Des. Fausto Campos

**EMENTA:** APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO QUALIFICADO. QUADRILHA. EXISTÊNCIA DE VÍNCULO ASSOCIATIVO E *BIS IN IDEM* COMPROVADO. NEGATIVA DE AUTORIA. AFASTADA. INDENIZAÇÃO NA SENTENÇA. IRRETROATIVIDADE DA LEI MAIS GRAVOSA. PROCEDENTE. FATO ANTERIOR À NORMA PROCESSUAL. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME.

1. Não merece guarida a alegação de negativa de autoria dos Apelantes tendo em conta que há nos autos elementos suficientes para ensejar as condenações que lhes foram impostas, tais como a delação e o depoimento prestado pelos corréus.
2. Resultou comprovado o vínculo associativo do crime de quadrilha nos depoimentos prestados pelos Apelantes e durante a colheita de provas na instrução processual.
3. Viola a regra do *ne bis in idem* segunda condenação pela prática de fatos delituosos, que dão ensejo ao crime de formação de quadrilha ou bando, pois em que pese referido crime ser permanente a sua permanência cessa com o recebimento da denúncia e só a prática de novos crimes, posteriores ao oferecimento da denúncia anterior, justificam que os indicados respondam novamente pelo crime de formação de quadrilha. Precedentes.
4. Não cabe aplicar norma de direito material a fato ocorrido antes do implemento da lei sob pena de retroação prejudicial, desta forma deve ser excluído da condenação a imposição da indenização do art. 387, IV, do Código de Processo Penal. Precedentes.
5. Recurso parcialmente provido. À unanimidade de votos.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

---

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação criminal n. 225.636-0, da Comarca de Garanhuns, em que figuram como partes as acima nominadas. **Acordam** os desembargadores componentes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em dar parcial provimento ao apelo, tudo de acordo com o relatório, votos e notas taquigráficas que juntos passam a integrar este aresto.

Recife, 14 de Maio de 2014

Des. Fausto Campos  
Relator





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

TJPE - GABINETE  
DES. FAUSTO CAMPOS  
Fl. 348

Apelação Criminal n: 0003427-02.2008.8.17.0640 (225.636-0)  
Comarca: Garanhuns  
Juízo: 2ª Vara Criminal  
Apelante: José Cícero de Araújo  
Defensor Público: Albérico Pereira de Carvalho  
Apelante: José Ferreira de Souza  
Advogado: Douglas Lins de Moraes  
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal  
Relator: Des. Fausto Campos

**RELATÓRIO**

Trata-se de Apelações Criminais interpostas por José Cícero de Araújo (fls. 308/310) e José Ferreira de Souza (fls. 316/318), contra decisão monocrática da juíza da 2ª Vara Criminal da Comarca de Garanhuns que os condenou como autores dos crimes tipificados no art. 157, § 2º, I e II c/c o art. 288, ambos do Código Penal, às penas de 11 (onze) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 30 (trinta) dias-multa à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato cada um.

Conforme permissivo do inciso IV do art. 387, do CPP, a juíza impôs também o pagamento de indenização, para reparação dos danos causados pela infração, arbitrada no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

A defesa de José Ferreira pleiteia a absolvição, com fulcro no Princípio do *favor rei*, alegando insuficiência de provas e de forma subsidiária a redução da reprimenda levando-se em consideração as atenuantes da menoridade, a primariedade e o desconhecimento da lei. Já a defesa de José Cícero atém-se a negar a autoria delitiva.

Em sua contraminuta a promotoria à fl. 319 pugna pela para que seja negado seguimento ao recurso.

No parecer de fls. 342/345, a Procuradora de Justiça, Dra. Maria Helena da Fonte, opina pelo desprovimento do apelo.

Eis o importante a relatar. À douta revisão.

Recife, 05 de março de 2012.

**Des. Fausto Campos**  
Relator



358

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**

---

**Apelação Criminal n:** 0003427-02.2008.8.17.0640 (225.636-0)  
**Comarca:** Garanhuns  
**Juízo:** 2º Vara Criminal  
**Apelante:** José Cícero de Araújo  
**Defensor Público:** Albérico Pereira de Carvalho  
**Apelante:** José Ferreira de Souza  
**Advogado:** Douglas Lins de Moraes  
**Apelado:** Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**Órgão Julgador:** Primeira Câmara Criminal  
**Relator:** Des. Fausto Campos

**VOTO**

José Ferreira de Souza, em suas razões recursais, afirma: que não há provas suficientes nos autos para ensejar a sua condenação, pois as testemunhas que depuseram não presenciaram o delito, ao contrário, apenas ativeram-se a relatar fatos posteriores, bem como que nenhum dos assaltantes foi reconhecido pela vítima.

Nesta esteira pleitela a absolvição com base no princípio do *in dubio pro reo*.

Subsidiariamente, pugna pela redução da reprimenda ante a primariedade, menoridade e o desconhecimento da lei.

A defesa do Apelante José Cícero de Araújo se ateve a afirmar sua inocência.

Em análise ao caderno processual percebo que a autoria delitiva em relação aos Apelantes José Ferreira de Souza e José Cícero, conhecido também como "Zé Gore", resultou comprovada através da delação feita pelo corréu Igor Roberto do Nascimento, às fls. 25/31, o qual, inclusive, foi beneficiado com o instituto da delação premiada ante a narrativa detalhada que dera sobre os delitos em comento e a entrega dos demais corréus.

Tudo corroborado pelo depoimento prestado pelo outro corréu Genilson às fls. 13/18, cujas versões foram mantidas em juízo às fls. 70/77.

Assim, não merece guarida a alegação de negativa de autoria dos Apelantes tendo em conta que há nos autos elementos suficientes para ensejar as condenações que lhes foram impostas.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**

---

Em que pese os Apelantes não terem se insurgido contra a imposição de indenização para reparação dos danos causados pela infração, arbitrada no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), como também pela possível ocorrência de *bis in idem* em relação ao Apelante José Cícero por ter sido condenado nos autos que deram origem a este apelo e nos que deram origem ao recurso de apelação de n. 214.771-7, julgado por esta Câmara Criminal, o apelo, em sede criminal, devolve amplamente a matéria discutida ao Tribunal *ad quem*, permitindo inclusive que ele analise matérias não constantes nas razões recursais, sem que isso implique violação ao princípio do *tantum devolutum quantum appellatum*, desde que respeite a *reformatio in pejus*.

Nesse sentido, pronunciou-se o Superior Tribunal de Justiça:

"CRIMINAL. HC. DOSIMETRIA. CORREÇÃO EM GRAU DE APELAÇÃO. POSSIBILIDADE. AMPLA DEVOLUTIVIDADE DO RECURSO. PENA PECUNIÁRIA. ILEGALIDADE NÃO DEMONSTRADA. ORDEM DENEGADA.

*I - A apelação é um recurso amplo, porque devolve o conhecimento pleno da matéria impugnada.*

*II - O Tribunal estadual é dotado de competência para analisar o quantum da pena aplicada, sem que isso configure violação do direito ao duplo grau de jurisdição ou ao contraditório, desde que a arguição relativa a erro na aplicação da pena tenha constado da petição de interposição do recurso.*

*III - A pena de multa deve ser fixada atendendo, principalmente, à situação econômica do réu, bem como levando em consideração o quantum apropriado indevidamente, circunstâncias estas que restaram analisadas pelo Magistrado monocrático no caso dos autos.*

*IV - Não há que se falar em nulidade do acórdão por deficiência na fixação da pena de multa, se a mesma foi correta e fundamentadamente dosada, atendendo aos moldes do sistema trifásico de aplicação da pena e da jurisprudência dominante.*

*V - Ordem denegada". (HC 35580/PR, 5ª Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, DJU de 13/12/2004).*

PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. ART. 155, § 4º, INCISO IV, DO CÓDIGO PENAL. RECURSO EXCLUSIVO DA ACUSAÇÃO. REFORMATIO IN MELLIUS. **AMPLA DEVOLUTIVIDADE DA APELAÇÃO**. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA MAJORANTE DO ROUBO COM CONCURSO DE AGENTES. IMPOSSIBILIDADE. FURTO PRATICADO CONTRA DIFERENTES VÍTIMAS. CONCURSO FORMAL. PENA AQUÉM DO MÍNIMO. ATENUANTES. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 231-STJ.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

359

I - A interposição do recurso de apelação enseja a devolução de todas as matérias discutidas em primeiro grau à apreciação do tribunal, não merecendo censura a aplicação do instituto da *reformatio in melius* pelo acórdão guerreado, em razão de ilegalidades constatadas na sentença condenatória (Precedentes). Recurso parcialmente provido. (REsp 728.004/RS, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 06/04/2006, DJ 15/05/2006 p. 277).

Destarte, primeiro analiso a ocorrência de *bis in idem* no crime de formação de quadrilha.

O Ministério Público ofereceu denúncia contra José Cícero, que originou o processo n. 0000994-25.2008.8.17.0640, no dia 09.05.2008 imputando-lhe a prática do crime de formação de quadrilha narrando os fatos ocorridos em abril de 2008.

No caso dos presentes autos o *Parquet* o denuncia no dia 28.04.2008 atribuindo-lhe também a prática do crime de formação de quadrilha pelos fatos praticados também em abril de 2008.

Cediço na jurisprudência e na doutrina que, em que pese o crime de formação de quadrilha ser permanente, a sua permanência cessa com o recebimento da denúncia e só a prática de novos crimes, posteriores ao oferecimento da denúncia anterior, justificam que os indicados respondam novamente pelo crime de formação de quadrilha ou bando.

Neste sentido vem decidindo o Superior Tribunal:

HABEAS CORPUS. FORMAÇÃO DE QUADRILHA ARMADA, RESISTÊNCIA E POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. PRISÃO EM FLAGRANTE PELO CRIME DE BANDO. ALEGAÇÃO DE *BIS IN IDEM* DIANTE DO FATO DE O PACIENTE JÁ RESPONDER A OUTRO PROCESSO POR FORMAÇÃO DE QUADRILHA. INOCORRÊNCIA. CRIME PERMANENTE. PERMANÊNCIA CESSADA COM O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. PERSISTÊNCIA NA ATIVIDADE CRIMINOSA. NOVO CRIME. LEGALIDADE DO FLAGRANTE. (...) ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA.

1. (...)

2. Conquanto a formação de quadrilha seja crime permanente, tem-se por cessada a sua permanência com o recebimento da denúncia. Assim, é possível que o agente seja novamente denunciado ou até mesmo preso em flagrante, como *in casu*, se persistir na mesma atividade criminosa sem que isso configure dupla imputação pelo mesmo fato. O que se vê nessas hipóteses é a existência de outro fato e, conseqüentemente, de novo crime que



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**

---

não poderá, por óbvio, ser compreendido na acusação anterior.  
(...)

6. Ordem parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada, em conformidade com o parecer ministerial.

(HC 123.763/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 03/09/2009, DJe 21/09/2009).

**PENAL. CRIME DE QUADRILHA OU BANDO. CRIME PERMANENTE. A MANUTENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA APÓS A CONDENAÇÃO OU MESMO A DENÚNCIA CONSTITUI NOVO CRIME FORMAL DE QUADRILHA OU BANDO INOCORRE "BIS IN IDEM" NA NOVA IMPUTAÇÃO.** ORDEM DENEGADA. (HC 3.222/RJ, Rel. Min. ADHEMAR MACIEL, DJU 02.10.1995).

Na espécie, o Apelante cometeu o crime de quadrilha ou bando e foi denunciado por fatos delituosos contemporâneos o que, na verdade, caracterizava o crime permanente que apenas teve sua permanência cessada após o recebimento da denúncia, só podendo-lhe ser imputado o cometimento desse mesmo crime por fatos praticados após o recebimento da exordial, o que não ocorrera *in casu* já que os fatos que lhes são atribuídos, como dito, foram cometidos à mesma época.

A respeito do tema, aliás, cabe citar a lição do ilustre doutrinador GUILHERME DE SOUZA NUCCI, que, em seus comentários ao art. 288 do CPB, pondera:

Cessação da permanência: ocorre com o recebimento da denúncia pelo crime de quadrilha ou bando. Assim, caso os agentes permaneçam na mesma atividade criminosa,   possível haver nova acusação, inexistindo, nessa hipótese, bis in idem. (Código Penal Comentado, 7a. edição, Revista dos Tribunais, 2007, p. 941).

Assim, por serem contemporâneos os fatos imputados ao Apelante, que configuram o cometimento do crime de formação de quadrilha ou bando, este não pode responder duas vezes por este crime sob pena de violação   regra do *ne bis in idem*, motivo pelo qual **deve ser excl ida a imputação de formação de quadrilha em relação ao Apelante José Cícero, nestes autos.**

Quanto   indenização no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) imposta com fulcro na novel Lei n. 11.719/08 cabe observar que esta Câmara tem se posicionado sob o entendimento de que a inovação foi veiculada em norma de cunho material devendo, por tal razão, ser aplicada aos crimes cometidos após a entrada em vigor da lei sob pena de retroação prejudicial.



366

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**

---

Nesta linha é o entendimento que vem sendo sedimentado nesta Primeira Câmara<sup>1</sup> e nos tribunais pátrios:

APELAÇÃO. CRIMES CONTRA OS COSTUMES. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. PENA-BASE. TENTATIVA. CONTINUIDADE DELITIVA. REGIME. **REPARAÇÃO DE DANOS E FATO ANTERIOR À LEI.** (...)

A fixação de valor mínimo para reparação de danos, prevista no artigo 387, IV, do Código de Processo Penal, com a redação que lhe foi dada pela Lei 11.719/08, só se aplica aos crimes cometidos após a sua vigência. RECURSO DA ACUSAÇÃO DESPROVIDO. RECURSO DEFENSIVO PROVIDO EM PARTE. (Apelação Crime Nº 70028581031, Sexta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nereu José Giacomolli, Julgado em 26/03/2009).

ROUBO. PROVA. PALAVRA DA VÍTIMA COM RECONHECIMENTO. VALOR. QUALIFICADORA. EMPREGO DE ARMA. CARACTERIZAÇÃO. INDENIZAÇÃO (ART. 387, IV, CPP) AFASTADA. **FATO CRIMINOSO ANTERIOR À LEI.** (...)

III - Afasta-se da condenação a indenização à vítima. Esta Câmara já se posicionou no sentido que está evidenciado o conteúdo de direito material da nova redação do art. 387, IV, do Código de Processo Penal, alterado pela Lei 11.719/2008. Deste modo, ele na e aplicado aos delitos anteriores à data da sua publicação, porque haveria a retroação prejudicial, além de não se ter estabelecido o contraditório. DECISÃO: Apelo defensivo parcialmente provido. Unânime. (Apelação Crime Nº 70033084864, Sétima Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sylvio Baptista Neto, Julgado em 17/12/2009).

Assim, deve ser suprimida a imposição de indenização imposta aos Apelantes pelo juízo primevo.

Passo agora ao exame da dosimetria da pena.

Em relação ao Apelante **José Ferreira** pugna a defesa pela redução da reprimenda imposta ante a menoridade, primariedade e o desconhecimento da lei.

A defesa alega que a pena deve ser diminuída ante o desconhecimento da lei por parte do Acusado já que o mesmo é "agricultor, sem nenhuma formação escolar", alegando que "o que lhe resta é a errada compreensão da lei (...) se ao menos tivesse conhecimento desta, o que não é o caso".

---

<sup>1</sup> Acr. n. 183.299-5.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**

---

Para uma melhor elucidação trago à baila lição de Cleber Masson ao tratar do tema:

"Justificasse essa atenuante pelo fato de o ordenamento jurídico brasileiro ser composto por um emaranhado complexo de leis e atos normativos, constantemente revogados e em contínua modificação, dificultando por parte do cidadão a exata compreensão do seu significado e do seu alcance" (p. 635, 2010).

É de se observar que, no caso dos autos, descabe a invocação do desconhecimento da lei em relação ao Acusado, o crime praticado pelo mesmo foi o de roubo não se tratando de uma norma penal em constante modificação apta a ensejar a equivocada compreensão do seu significado e alcance.

Demais disso, em análise ao caderno processual percebo que José Ferreira é dado a práticas criminosas dessa natureza. Fato demonstrado nos depoimentos prestados pelos corréus, a exemplo do disposto às fls. 71/76. Pelo que descabida a incidência da atenuante genérica em comento.

No que pertine a reprimenda imposta, vê-se que o Apelante foi condenado a uma pena-base de 08 (oito) anos em relação ao crime de roubo (art. 157, do CP).

Analisando a sentença percebo que dos oito vetores do art. 59 do CP que a juíza sopesou negativamente ao Acusado os motivos do crime não devem ser considerados negativamente já que a fundamentação do juízo de piso foi com base em elementos inerentes ao próprio tipo penal, pelo que exclui a sua incidência negativa.

De igual sorte, conforme orientação a muito firmada no STJ, inquéritos policiais, ou mesmo ações penais em curso, não podem ser considerados como má conduta social ou maus antecedentes para exasperar a pena-base, nos termos do verbete n. 444 da súmula do STJ, como ocorrera *in casu*.

Desse modo, tendo em vista que o Apelante não tinha condenação penal à época da sentença e levando em conta que não há fundamentação a ensejar aumento com base nos motivos do crime reduzo a pena-base em 01 (um) ano, resultando uma pena-base de 07 (sete) anos de reclusão, pelo crime de roubo e pelo de quadrilha ou bando reduzo em 06 (seis) meses, chegando a uma pena-base de 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão.

Na segunda fase observo que, ao contrário do que afirma a defesa, a juíza sentenciante, tendo em conta que, presente apenas uma



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

365

circunstância atenuante e ausente agravantes, considerou a menoridade do Apelante reduzindo em 01 (um) ano sua pena tanto no crime de roubo, que resultou uma pena de 06 (seis) anos, quanto no crime de quadrilha.

No entanto, tendo em conta o impeditivo insculpido na orientação jurisprudencial do STJ de n. 231<sup>2</sup> de sua súmula, deixo de proceder a redução de 01 (um) ano para evitar a redução aquém do mínimo legal permanecendo a pena, por ocorrência da segunda fase, em 01 (um) na de reclusão.

Ausentes causas de diminuição e existindo duas de aumento, a pena de 06 (seis) anos do roubo deve ser aumentada em 1/3 perfazendo um *quantum* definitivo de **08 (oito) anos de reclusão** e pelo crime de formação de quadrilha ou bando em **01 (um) ano e 04 (quatro) meses de reclusão**, que unificadas perfazem uma **pena total e definitiva de 09 (nove) anos e 04 (quatro) meses de reclusão em relação a José Ferreira.**

Excluída a condenação pelo crime de formação de quadrilha ou bando em relação ao Apelante **José Cícero**, passo à análise da apenação imposta no que concerne ao crime de roubo.

A apenação imposta ao Apelante consiste em uma pena-base de 08 (oito) anos de reclusão ante a consideração negativa de todas as oito circunstâncias judiciais do art. 59 do CP.

Entretanto, invoco os mesmos argumentos expendidos quando da análise da pena-base do Apelante José Ferreira tendo em conta que os antecedentes não devem ser considerados negativamente como preceitua o verbete da súmula 444 do STJ.

Da mesma forma os motivos do crime não devem ser tidos de forma negativa já que a exasperação se funda em elementos inerentes ao próprio tipo penal.

Assim, reduzo também a pena-base imposta ao Acusado em 01 (um) ano de reclusão.

Na segunda fase, concordo com a atenuação procedida pela juíza primeva em 01 (um) ano, resultando nesta fase uma pena de 06 (seis) anos de reclusão. Como também concordo com o aumento de 1/3 vez que presentes duas causas de aumento, quais sejam, o concurso de agentes e o emprego de arma de fogo, resultando uma pena concreta e definitiva de **08 (oito) anos de reclusão para o Acusado José Cícero de Araújo.**

<sup>2</sup> Súmula n. 231, STJ: "A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal."



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS


---

Por todo o exposto, voto pelo parcial provimento do apelo para reformar a sentença hostilizada suprimindo a indenização pecuniária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e afastando a condenação imposta pelo crime de quadrilha ou bando, para o Apelante **José Cícero de Araújo** tornando sua pena definitiva em 08 (oito) anos de reclusão e a de José Ferreira em 09 (nove) anos e 04 (quatro) meses de reclusão.

É como voto.

Recife, 14 de Maio de 2014

Des. Fausto Campos  
Relator

	<b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>
	<b>PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO</b>
<b>Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins</b>	
AP nº 225636-6 – 2ª Vara Criminal da Comarca de Garanhuns.	

0

Apelante(s):	José Cícero de Araújo e José Ferreira de Souza
Apelado(s):	Ministério Público do Estado de Pernambuco
Revisor:	Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto-Convocado
Órgão Julgador:	Primeira Câmara Criminal

**VOTO DE REVISÃO**

Os apelantes José Cícero de Araújo e José Ferreira de Souza foram condenados cada um a pena definitiva de 11 (onze) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, 9 anos e 4 meses pelo crime do art. 157, § 2º, I e II e e 2 (dois) anos pelo do art. 288, § único, ambos do Código Penal, cumprimento sob regime inicialmente fechado de prisão, 30 (trinta) dias-multa, e 10.000,00 (dez mil reais), solidariamente, como valor de reparação à vítima pela prática do crime do art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, dela recorrendo, José Ferreira sob o fundamento de que a prova colhida não autoriza sua condenação, prova insuficiente, portanto, e subsidiariamente, a redução das penas impostas a sua pessoa em razão da menoridade relativa, sua primariedade e desconhecimento da lei, enquanto José Cícero, por negativa de autoria, o que, de imediato, passo a analisar.

Inicialmente, passo a analisar a alegação de absolvição por insuficiência de provas para manutenção do édito condenatório em relação ao apelante José Ferreira e negativa de autoria por parte de José Cícero, deixando registrado que em seus respectivos interrogatórios, os apelantes negam suas participações nos crimes descritos na denúncia (José Cícero, fls. 270 e José Ferreira, fls. 271).

As negativas de autoria por parte dos apelantes se chocam com as informações prestadas pelos corréus Igor Roberto do Nascimento e Genilson Lucas da Silva, respectivamente, na esfera indiciária (fls. 25/31 e fls. 70/74) e na judicial (fls. 13/18 e fls. 74/77) e tanto é assim que o corréu Igor Roberto do Nascimento veio a ser beneficiado pelo reconhecimento do instituto da delação premiada.

Acrescento que, apesar da vítima não haver reconhecido as pessoas que participaram do crime no entretanto, às declarações que prestou em Juízo deixam mais do que confirmadas as trazidas pelos corréus Igor e Genilson, o que deixa sem acolhimento à alegada insuficiência de provas trazida por José Ferreira e negativa de autoria de José Cícero, o que implica reconhecer a procedência da acusação contra suas pessoas.

Quanto à condenação por reparação dos danos entendo deva ser excluída mesmo sem ter havido insurgência recursal a respeito, eis que a Lei nº 11.719/08, de 20.06.2008, não pode retroagir em prejuízo do réu, evidentemente, posto que o crime foi praticado em 07 de abril de 2008.

Por outro lado, a condenação de José Cícero pelo crime do art. 288, deverá também ser excluída da condenação, isto porque, dada a contemporaneidade dos crimes a ele atribuídos, tal apelante não deverá responder pelo mesmo crime duas vezes.

Passo a analisar à pretensão da defesa de José Ferreira onde pleiteia a redução da pena privativa de liberdade aplicada em razão de sua menoridade relativa à época do crime, sua primariedade e pelo desconhecimento da lei.

Não se há reconhecer o alegado desconhecimento da lei em seu favor isto porque o crime a si atribuído é capitulado no art. 157, § 2º, do Código Penal, roubo

363



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

AP nº 225636-6 – 2ª Vara Criminal da Comarca de Garanhuns.

consumado mediante uso de arma de fogo e em concurso de pessoas, crime bastante conhecido e difundido, não se tendo pois como considerar tal tipo penal como de difícil entendimento, mesmo por pessoas de baixo grau de instrução, como no caso do aludido apelante.

Atente-se a que contra o mesmo consta acusações de vários roubos, dentre eles, o destes autos.

Assim, a pena-base a ele atribuída pelo crime do art. 157, § 2º, I e II, o foi em 8 anos de reclusão, pena que, à vista do reconhecimento da sua menoridade relativa, foi diminuída de 1 ano, passando a 7 anos. Reconhecidos o uso de arma e concurso de pessoas, tal pena foi aumentada em 1/3, passando a 9 anos e 4 meses de reclusão e, do mesmo modo, em relação ao crime de formação de quadrilha, 2 anos de reclusão, reduzo tal pena de 6 (seis) meses, passando a pena-base a 1 ano e 6 meses de reclusão, mantida a redução de 6 meses contida na sentença pelo reconhecimento de sua menoridade relativa, pena que passa a 1 ano de reclusão que, aumentada do dobro, passa a concreta e definitiva em 2 anos de reclusão que, somadas, passa a 11 anos e 4 meses de reclusão.

Observo, no entretanto, que a Senhora Juíza sopesou negativamente em seu desfavor os motivos do crime, inerentes ao próprio tipo penal, logicamente, o que não se pode manter; da mesma forma reconheceu ações penais em andamento para exasperar a pena-base aplicada, o que, de modo idêntico, haverá de ser retificado, à vista do contido na Súmula 444 do Superior Tribunal de Justiça.

Assim, mantidas a pena-base aplicada, 8 anos de reclusão e a redução operada na sentença de 1 ano pelo reconhecimento da menoridade relativa do agente, passa tal pena a 7 anos de reclusão que reduza ainda, de 1 ano, em razão de que antecedentes criminais não devem ser considerados negativamente para aumento de pena na forma da Súmula 444 do Superior Tribunal de Justiça e a motivação do crime, de forma idêntica, também não serve para ensejar causa de aumento quando a fundamentação a respeito é valorada unicamente nos próprios elementos do tipo penal descrito na sentença condenatória, pena-base que reduzo para 6 anos e, mantida a causa de aumento de 1/3, como contido na sentença, **torno em concreta e definitiva em 8 (oito) anos de reclusão.**

Da mesma forma, com relação ao tipo penal do art. 288, do Código Penal, a pena-base lhe foi aplicada em 2 anos, reduzida de 1 ano em razão de sua menoridade relativa, passando a 1 ano, mínimo legal. Mantenho a causa de aumento de 1/3, por se tratar de quadrilha ou bando armado, pena que **torno em concreta e definitiva em 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, penas que unificadas, passam a 9 (nove) anos e 4 (quatro) meses de reclusão.**

Assim, a pena aplicada a José Ferreira de Souza em relação ao tipo penal do art. 157, § 2º, I e II, é fixada em 8 anos de reclusão; a do crime do art. 288, § único, 1 ano e 4 meses de reclusão, que, unificadas, totalizam 9 (nove) anos e 4 (quatro) meses de reclusão.

Com relação ao apelante José Cicero de Araújo, em primeiro lugar, observo que deverá ser excluída da condenação a relativa ao crime do art. 288, § Único, do Código Penal, posto que, dada a contemporaneidade dos crimes a ele atribuídos, não deverá



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

AP nº 225636-6 – 2ª Vara Criminal da Comarca de Garanhuns.

ser responsabilizado por tal tipo penal duas vezes, evidentemente, sob pena de violação do princípio “ne bis in idem”.

Assim, mantida sua condenação pelo crime do art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, e pela mesma razão de decidir quanto ao apelante José Ferreira de Souza, a pena-base ao mesmo atribuída, 8 anos de reclusão, reduzida de 1 ano em virtude de sua menoridade relativa à época do crime, como consta na sentença, passa a 7 anos e, ainda, em razão das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal não lhes serem totalmente desfavoráveis, a reduzo ainda de 1 ano, passando a 6 anos. Mantida a causa de aumento de 1/3 como aplicado na sentença, passa a 8 anos de reclusão, que torno em concreta e definitiva, mantida no mais, a sentença ora em reapreciação.

Pelo exposto, na forma da fundamentação supra, dou provimento parcial às apelações de José Ferreira de Souza e de José Cícero de Araújo, excluindo de ofício, a condenação referente ao valor mínimo de indenização à vítima.

É como voto.

Recife, 13 de

de 2014

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto  
Revisor Convocado